

Mensurando Confiança Interpessoal: Notas acerca de um Conceito Multidimensional

Mitchell A. Seligson
Lucio R. Rennó

INTRODUÇÃO

A recente explosão de pesquisas sobre capital social colocou, novamente, atitudes de confiança interpessoal no centro da agenda de pesquisa de várias disciplinas das ciências sociais (ver Coleman, 1988; Putnam, 1993; Almond e Verba, 1981; Inglehart, 1988; 1990; Rose *et alii*, 1997; 1998)¹. Confiança interpessoal é vista por essa literatura como um componente básico de um padrão cultural que estimula a ativação política e a mobilização de indivíduos, aumentando a responsividade e *accountability* do sistema político. O argumento é que quanto mais confiáveis os cidadãos, mais inclinados estão para se envolverem em associações voluntárias. O aumento na participação política, por sua vez, conduz a um maior apreço pelo sistema político democrático. Em resumo, sem confiança interpessoal as chances de mobilização coletiva diminuem e sem participação política dos cidadãos, mais frágil é a democracia.

A despeito da coerência desse arcabouço teórico e das evidências empíricas encontradas em diversos países industrializados (Inglehart, 1988; 1997; Putnam, 1993; Brehm e Rahn, 1997), estudos conduzidos em outras regiões, especialmente na América Latina, chegaram a resultados que contradizem as expectativas teóricas (Muller e Seligson, 1994; Booth e Richard, 1998; Rennó, 1999; Seligson, 1999). Um achado consistentemente encontrado em todos os estudos que desafiam os pressupostos da teoria do capital social é a ausência de uma relação estatística robusta, em um cenário multivariado, entre confiança e outras variáveis relevantes do modelo. Pelo menos da forma como confiança interpessoal vem sendo mensurada, seus resultados na América Latina têm sido decepcionantes.

É justamente esse desapontamento com a *performance* empírica da medida convencionalmente utilizada de confiança interpessoal que motiva este artigo. Há duas explicações para o desempenho inconsistente dessa variável. A primeira é que a teoria está errada e que confiança interpessoal não é relevante para a democracia. A segunda é que a falta de confirmação empírica se deve menos a problemas de construção teórica, e mais à limitada operacionalização do conceito. Levando em consideração a pouca atenção dedicada à confiabilidade e à validade da mensuração da variável confiança interpessoal, não se pode descartar a possibilidade do problema ser realmente de operacionalização e não de teoria. Sendo assim, o refinamento da mensuração da variável confiança interpessoal deve preceder tentativas radicais de

reforma teórica. Nosso propósito, portanto, é avaliar os modos de mensuração mais comuns desse conceito e, em vista das limitações desses modos, oferecer indicadores alternativos.

BREVE REVISÃO DO DEBATE TEÓRICO

A teoria do capital social e a noção mais específica de cultura cívica são muito similares nas suas definições sobre a relação entre valores políticos e a natureza do sistema político. Ambas concordam que práticas cotidianas de comportamento e normas sociais são fundamentais para encorajar a participação individual em assuntos de interesse coletivo. Normas sociais predominantes na sociedade orientam os padrões de interação que afetam as percepções individuais acerca do papel dos cidadãos no sistema político. Se os principais valores e normas sociais mencionados pela perspectiva tanto da cultura política quanto do capital social fossem listados, confiança interpessoal, tolerância, satisfação com a vida e interesse por assuntos públicos com certeza seriam os integrantes centrais dessa escalação. Dentre estes, os achados acerca da confiança interpessoal em países desenvolvidos têm sido um dos principais pilares de sustentação da acurácia de todo esse modelo teórico.

A generalização da confiança interpessoal produz níveis altos de previsibilidade de comportamentos e de expectativas de reciprocidade entre indivíduos que, presumivelmente, geram incentivos individuais para engajamento em assuntos públicos. A ausência de confiança entre cidadãos, por outro lado, está no cerne da idéia de "cultura política subordinada" e dificulta a formação de capital social (Almond e Verba, 1981; Putnam, 1993). Tal situação leva à proliferação de fenômenos como o familismo amoral descrito por Banfield (1967) e originalmente adaptado ao caso latino-americano por Reis (1995), assim como à descrição da cultura política brasileira como hobbesiana ou à idéia do salve-se-quem-puder (Santos, 1993; Rennó, 1997; 1999; Baquero, 1998). Em todas essas aplicações do conceito, confiança interpessoal não é generalizada para além da vida pessoal imediata, aquela composta apenas pela família extensa, portanto não extrapola para indivíduos mais afastados. A conseqüência agregada desse padrão motivacional é uma sociedade civil fragilizada, incapaz de controlar o Estado e produzir benefícios coletivos por si mesma. O círculo vicioso produzido por baixos níveis de confiança interpessoal generalizada completa-se com a proliferação de um sentimento de impotência política individual. Ou seja, indivíduos passam a acreditar que não conseguem interferir na sorte dos assuntos tratados pelo Estado, assumem uma postura passiva quanto à produção de bens sociais e se sentem incapazes de fazer face aos problemas coletivos que os afligem. Em outras palavras, a falta de confiança interpessoal é o berço de uma cultura política autoritária.

Diversos testes empíricos dessas proposições teóricas têm sido realizados recentemente. Contudo, tais estudos não confrontam diretamente as questões da validade e da confiabilidade da operacionalização do conceito de confiança interpessoal². Putnam, cujos estudos são o centro da polêmica sobre o efeito da

confiança interpessoal, descreve a força dos elos cívicos na Itália usando indicadores agregados de engajamento em assuntos coletivos. Mensurações no plano individual estão completamente ausentes de seu estudo sobre a Itália. Portanto, pouco se pode dizer, baseado em sua pesquisa, sobre o efeito da confiança interpessoal em outros valores individuais. Para Putnam, o alto índice de participação em associações cívicas no norte da Itália e a ausência dessa prática no sul, é evidência de que há confiança interpessoal no norte. Nada pode ser dito acerca da validade e confiabilidade de sua medida de confiança interpessoal, simplesmente porque a *proxy* usada para esse conceito não reflete a complexidade do mesmo.

Ronald Inglehart (1988; 1997), por sua vez, usando dados mensurados através de pesquisas de opinião pública, chega à conclusão de que há uma "síndrome de cultura cívica". Portanto, ele confirma os resultados agregados de Putnam utilizando dados mensurados no plano individual. O principal resultado de sua análise é que a estabilidade sistêmica da democracia é altamente influenciada pela configuração das orientações culturais individuais. Um padrão comportamental composto por valores como satisfação pessoal, confiança mútua e apoio à ordem social existente é essencial para o sucesso de um regime democrático³. Para Inglehart, confiança interpessoal é um requisito para a formação de associações voluntárias e é essencial para a ativação política de cidadãos. Inglehart chega à conclusão de que uma síndrome cultural cívica desempenha papel central na estabilidade de um regime democrático. A cultura antecede o tipo de regime político, condicionando sua *performance*.

Por outro lado, Muller e Seligson (1994) questionam os pressupostos do conceito de síndrome da cultura cívica. Eles argumentam não só que os atributos da cultura cívica não têm impacto significativo nas alterações do regime político, como vão além, e introduzem a idéia de que valores políticos são igualmente afetados pelo desempenho do regime democrático. A persistência da democracia durante longos períodos gera aumento nos padrões de cultura cívica porque altos níveis de sentimentos de competência política, orgulho do sistema político e confiança mútua se devem, em grande parte, ao aprendizado proporcionado pela experiência de se viver sob a égide de um regime democrático. De acordo com Muller e Seligson, a instabilidade de regimes democráticos tem muito mais a ver com outros fatores, como a desigualdade social, do que com níveis de engajamento público. Dessa forma, a estabilidade democrática precede as orientações subjetivas de massa e, portanto, não pode ser explicada pelas mesmas. Características agregadas do sistema político parecem ter maior impacto no funcionamento do regime democrático do que crenças individuais. Não obstante, Muller e Seligson admitem que "the single-item indicator of civic culture attitudes used by us and by Inglehart are too crude and that stronger causal relationships might be found with potentially more reliable multi-item indexes" (*idem*:647).

A OPERACIONALIZAÇÃO TRADICIONAL DE CONFIANÇA

INTERPESSOAL

Um aspecto comum a todos os estudos mencionados acima é a frágil operacionalização da variável confiança interpessoal. Confiança mútua é freqüentemente mensurada, no plano individual, como uma variável dicotômica aferida pela seguinte pergunta: "Em geral, você diria que a maior parte das pessoas é confiável?" Tal modelo é empregado no *World Values Survey*, coordenado por Inglehart, e em diversas rodadas do Latinobarômetro e do Eurobarômetro. Uma quantidade impressionante de testes empíricos foi realizada com base nessa medida simples de confiança interpessoal e, em todos os casos, os pesquisadores assumem que a medida é válida.

Contudo, como já foi dito, estudos que usam esse indicador de confiança interpessoal na América Latina encontram resultados inconsistentes. Em contraste com Inglehart, que fortemente acredita na validade dessa forma de mensuração da confiança interpessoal, outros estudos usando a mesma medida chegam a conclusões desencontradas.

Em contrapartida, há estudos que usam modos mais complexos de se medir confiança interpessoal (Wrightsmann, 1991), lançando mão de variações da "Faith in People Scale" desenvolvida, em 1956, por Rosenberg e, posteriormente, utilizada na série de *surveys* da população americana realizada pelo National Opinion Research Center — NORC da Universidade de Chicago, o *General Social Survey* — GSS⁴.

Brehm e Rahn (1997) utilizam escalas fatoriais criadas com base nesses três itens em seu estudo sobre capital social nos Estados Unidos. Embora esses autores encontrem relações estatísticas significativas entre confiança e engajamento cívico, o impacto substantivo da primeira sobre o segundo é bastante fraco. Os estudos de Putnam sobre o declínio de capital social nos Estados Unidos também se baseiam no GSS, mas em vez de criar uma escala, Putnam (1995) utiliza apenas um dos itens dicotômicos. E. M. Uslaner (1998) também emprega apenas uma das variáveis binominais em seu estudo sobre a relação entre hábitos televisivos de indivíduos, otimismo e participação política.

O projeto *Monitoring the Future* — MF, baseado em amostras de alunos do segundo grau nos Estados Unidos, também coordenado pelo NORC, utiliza os mesmos três itens (Rahn e Transue, 1998). Contudo, trata-se de um trabalho distinto do do GSS porque o questionário não só é auto-aplicável, como a opção "Não Sabe", que é oferecida como alternativa no MF, no GSS, que é baseado em entrevistas, não está entre as alternativas de respostas (Smith, 1997:174). Contudo, os resultados obtidos por Rahn e Transue não são drasticamente distintos dos alcançados por Brehm e Rahn no que concerne ao efeito da confiança interpessoal.

Tendo como base a discussão acima, fica claro que os resultados logrados são fortemente condicionados pelas escolhas de operacionalização dos conceitos. Mais evidências sobre a sensibilidade dos itens utilizados para a mensuração da confiança

interpessoal são oferecidas por Smith (1997). Segundo ele, a localização das perguntas sobre confiança interpessoal no questionário do GSS variou ao longo dos anos. A variação nos itens que precedem as perguntas sobre confiança interpessoal parece influenciar as respostas oferecidas para estas. Por exemplo, de 1978 a 1994 os itens sobre confiança interpessoal foram antecedidos por perguntas sobre vitimização e crime. Já de 1972, ano de início dessa série, até 1978 itens sobre satisfação com a vida pessoal antecediam as perguntas sobre confiança. A diferença na ordenação dos instrumentos utilizados nos dois períodos pode estar relacionada à mudança nos padrões de resposta às perguntas sobre confiança interpessoal após 1978 encontrada por Putnam. A tendência de decréscimo no capital social norte-americano identificada por Putnam, justamente posterior a 1978, pode ser uma decorrência dessa mudança na ordem do questionário e, portanto, pode ser um achado espúrio.

Várias pesquisas na América Central também adotaram uma variação dessa série de três perguntas sobre confiança interpessoal. Contudo, os problemas de comparabilidade entre diversos anos e bancos de dados não afeta essa série, pois a ordem dos itens nos questionários e a formulação das perguntas são idênticas em todos os casos.

Com base nesses *surveys*, Booth e Richard (1998) criaram um índice somatório dos três indicadores e descobriram que confiança interpessoal tem impacto limitado na geração de apoio à democracia. Seligson (1999) também confirma tal resultado em sua análise sobre os padrões de comunicação entre público de massa e elite quando utiliza a mesma série. Mesmo quando os vieses introduzidos pela construção do questionário são controlados, confiança interpessoal continua a oferecer resultados decepcionantes.

Duas outras operacionalizações de confiança interpessoal devem ser apontadas. Stolle (1998), em suas pesquisas sobre a Suécia e a Alemanha, acrescentou outros três itens à bateria sobre confiança interpessoal, visando obter informações acerca da propensão individual para confiar especificamente em desconhecidos e pessoas de outros países e não apenas em pessoas em geral. Segundo ela, pessoas que aderem a associações tendem a confiar mais em estranhos do que cidadãos que não aderem. Há um viés de seleção nos participantes de associações cívicas, e não um acréscimo na confiança no plano individual dos membros das associações.

Em um segundo estudo, Shah (1998) avalia a relação entre conteúdo de programas de televisão e a suposta queda na participação cívica nos Estados Unidos. O autor utiliza uma escala de seis pontos que mede a concordância com a afirmação que a maioria dos cidadãos é honesta. Este item foi utilizado no *Life Style Study*, da Needham Organization, em 1995. Shah conclui que o conteúdo da televisão, quando desagregado pelos diversos programas, oferece resultados que ora se relacionam positivamente com capital social, ora negativamente. Portanto, assistir televisão em geral não necessariamente leva a uma redução do capital social, como argumenta Putnam. O que interessa é o tipo de programa que se assiste. Telejornais, por exemplo, estão positivamente correlacionados com aumento do engajamento cívico.

Em resumo, as diversas formas de mensuração da confiança interpessoal levam a resultados desencontrados. As generalizações oferecidas pelas teorias do capital social e da cultura política encontram sérias resistências nos dados empíricos. Qual a razão desses resultados conflitivos? A hipótese deste artigo é que, possivelmente, há uma segunda dimensão do conceito de confiança interpessoal que não é incorporada pelas formas tradicionais de se mensurar esse conceito e, portanto, pode levar os estudos que ignoram essa multidimensionalidade a resultados equivocados. Nossa (minha e do meu co-autor) proposta é lapidar ainda mais o conceito de confiança interpessoal a fim de chegar a uma melhor operacionalização do mesmo.

A SEGUNDA DIMENSÃO

Uma possível explicação para os resultados conflitivos e contraditórios dos estudos anteriores tem a ver, em parte, com a qualidade da medida utilizada por esses estudos. Uma característica comum a todas as formas tradicionais de mensuração da confiança interpessoal, a despeito da variação na maneira como as perguntas são formuladas e da ordenação do questionário, é que o conceito é visto como unidimensional. No entanto, é possível que esse pressuposto não seja realista. Confiança interpessoal, como outras formas de comportamento político, pode ter dimensões distintas e as formas correntes de mensurá-la não levam essa multidimensionalidade em consideração.

Há na literatura apenas uma diferenciação entre possíveis dimensões da confiança interpessoal: a distinção entre confiança generalizada e confiança personalizada (Stolle, 1998:503)⁵. A primeira refere-se a formas de confiança interpessoal que se expandem para além da esfera privada, da vida particular. A segunda, restringe-se à órbita da vida particular. Esta distinção está presente desde os estudos pioneiros de Banfield e de Almond e Verba. Contudo, as formas de mensuração da confiança interpessoal enfocam apenas seu lado generalizado. De fato, essa é uma estratégia razoável, pois confiança particularizada deve, na verdade, apenas exercer impacto negativo no apoio à democracia.

Todavia, uma outra dimensão tem sido constantemente ignorada nos estudos de ciência política. Confiança generalizada pode ser diferenciada em avaliações de como as pessoas em geral são dignas de confiança, e essa é a forma como o conceito é geralmente medido, mas também em autojulgamentos acerca da magnitude de confiança que o entrevistado tem das outras pessoas. Ou seja, na forma tradicionalmente utilizada, pergunta-se indiretamente sobre quão confiáveis as pessoas são em geral, mas ignora-se o importante fato de o indivíduo admitir quanto ele tende a confiar em outras pessoas. A primeira dimensão, costumeiramente mensurada, reflete uma visão sobre confiança interpessoal externa e é limitada a avaliações do ambiente externo onde o indivíduo está inserido. A segunda dimensão, explorada neste estudo, refere-se a sentimentos internamente construídos acerca da confiabilidade transmitida por outras pessoas. Essa nova dimensão enfatiza a intensidade com que indivíduos admitem que vêem outras pessoas como confiáveis.

Parece-nos que, por ser mais direta, e por referir-se a auto-avaliações acerca de outras pessoas em lugar de sensações generalizadas e, portanto, pouco precisas acerca do ambiente externo, a nova medida de confiança interpessoal pode oferecer resultados mais consistentes.

Mas essa distinção entre as dimensões interna e externa da confiança interpessoal já foi explorada no começo dos anos 70 por um grupo de psicólogos (MacDonald Jr. *et alii*, 1972). No caso, os autores estudaram como distintas formas de mensuração da confiança interpessoal afetam padrões de comunicação de assuntos íntimos. Desenvolveu-se uma escala de transmissão de assuntos privados e foi avaliado como distintas variáveis aumentam a incidência de comunicação de assuntos íntimos. Confiança interpessoal medida através de sua dimensão interna é um dos componentes centrais do aumento da comunicação de assuntos privados. A operacionalização desta variável centra-se na mensuração direta de expectativas individuais acerca do comportamento de outros. Um dos achados principais desse estudo é que as duas dimensões da confiança interpessoal não estão correlacionadas, portanto, referem-se a conceitos distintos e com capacidades explicativas diferenciadas.

TESTE EMPÍRICO DA SEGUNDA DIMENSÃO

A fim de testar empiricamente a diferença entre as duas dimensões da confiança interpessoal vários estudos foram realizados em El Salvador. Trata-se de um caso propício à análise das distintas dimensões da confiança interpessoal porque El Salvador é um país que apenas recentemente emergiu de um período longo de guerra civil e começa a dar os primeiros passos no sentido de estabelecer um regime democrático. Tais características garantem a existência de variações nos níveis de confiança interpessoal e apoio a normas democráticas.

Grupos focais e estudos pilotos foram utilizados para pré-testar a distinção entre as duas dimensões da confiança interpessoal. Baseada nestes estudos preliminares, uma amostra probabilística nacional, com 2.914 entrevistados, foi realizada em 1999, a qual incluiu os quatorze departamentos de El Salvador e 308 unidades amostrais primárias distribuídas por 69 municipalidades. O *survey* foi conduzido por um grupo de entrevistadores salvadorenhos associados à Universidad Centroamericana, a mais prestigiosa de El Salvador, que possui uma longa tradição de pesquisas de opinião pública⁶.

Além dos itens tradicionais que aferem a dimensão externa da confiança interpessoal, o questionário de El Salvador inclui uma série de cinco novos itens que enfocam a auto-avaliação do entrevistado quanto à intensidade em que confia em outras pessoas. As séries tradicional e nova somam oito distintas perguntas que avaliam confiança interpessoal, oferecendo dessa forma oportunidades mais amplas e refinadas de mensurar esse conceito-chave da discussão sobre capital social. Tal série proporciona uma das mais apuradas alternativas de mensuração desse conceito já utilizadas pela

literatura sobre o tema.

Os itens que mensuram confiança interpessoal em El Salvador são:

"IT1) Ahora hablando de la gente de aquí, diría que en general es muy confiable, algo confiable, poco confiable, o nada confiable.

IT2) Cree Ud. que la mayoría de las veces la gente se preocupa sólo por sí misma, o cree que la mayoría de las veces la gente trata de ayudar al próximo?

IT3) Cree Ud. que la mayoría de la gente trataría de aprovecharse de Ud. si se les presentara la oportunidad, o cree que no se aprovecharían?

IT4) Suele Ud. confiarse en las promesas de los demás, o generalmente no suele confiar en las promesas de otros?

IT5) Por lo general, cree Ud. que la mayoría de las personas son buenas, o cree Ud. que no son buenas?

IT6) La primera vez que Ud. conoce a una persona, suele Ud. confiar en lo que dice esta persona, o no suele confiar en lo que dice?

IT7) Y después de conocer un buen rato a una persona que no es familiar suyo, generalmente confía Ud. en esta persona o mantiene Ud. algo de desconfianza?

IT8) Por lo general, Ud. cree que uno sólo puede confiar en su familia, o cree Ud. que generalmente uno puede confiar en otras personas aunque no sean familiares?"

Todos os itens, exceto o primeiro, são dicotômicos e oferecem escolhas forçadas e balanceadas, evitando dessa forma o famoso viés da aquiescência, típico de perguntas com opção de resposta do tipo concordo/discordo. A fim de evitar distorções na análise por causa da diferença na variação do primeiro item (quatro pontos em lugar de dois), o mesmo foi recodificado em duas categorias, de forma que as respostas indicando confiança receberam o valor "1" e as indicando ausência de confiança "0".

ANÁLISE

Análise fatorial usando extração baseada em Maximum Likelihood e rotação direta Oblimin foi usada para testar se os oito itens de fato conformam duas dimensões distintas de confiança interpessoal. Tal técnica de extração e rotação não impõe arbitrariamente a ortogonalidade dos fatores extraídos, permitindo dessa forma avaliar o grau de independência de ambos. Portanto, esse procedimento é um teste conservador da ausência de correlação entre as duas dimensões. A hipótese testada é que a diferenciação entre as duas dimensões da confiança interpessoal não se deve a

visões divergentes sobre a essência do que significa confiar, ou seja, não se trata de diferenciar entre percepções sobre comportamento oportunista e reciprocidade, mas sim distinguir entre auto-identificação da confiança e imagens sobre quanto outras pessoas são confiáveis.

Kim e Mueller (1978) indicam que a análise fatorial requer variáveis mensuradas pelo menos no nível intervalar. Contudo, tal técnica pode ser aplicada a variáveis com um menor número de categorias desde que não se perca de vista o fato de que isto levará a uma atenuação da magnitude das correlações entre os itens. Não obstante tal atenuação, a estrutura de agrupamento dos itens em distintas categorias não é alterada pela reduzida variação interna dos mesmos (*idem*:75). Portanto, as dimensões subjacentes presentes nas variáveis serão identificadas por essa técnica de análise fatorial, conquanto a magnitude dos coeficientes deva ser interpretada com cuidado pois esta é afetada pela natureza dicotômica das variáveis analisadas.

Como pode ser visto pelas comunalidades apresentadas na [Tabela 1](#), apenas uma pequena porcentagem de cada item é afetada pelos fatores. Tal resultado é compreensível se se considera a natureza dicotômica das variáveis e a conseqüente baixa variabilidade a ser explicada em cada uma. Contudo, é evidente que o item IT8R não é explicado com muito sucesso pelos fatores, permitindo dessa forma sua exclusão no futuro cálculo de escores fatoriais das duas dimensões⁷.

Tabela 1

Comunalidades entre os Itens de Confiança Interpessoal

	Inicial	Extração
IT1R	.120	.200
IT2R	.128	.264
IT3R	.132	.293
IT4R	.159	.263
IT5R	.153	.230
IT6R	.170	.314
IT7R	.157	.290
IT8R	.082	.107

Fonte: Auditoria de la Democracia: El Salvador, 1999 (Centro de Pesquisas de Opinião Pública, Universidade de Pittsburgh).

Método de Extração: Maximum Likelihood.

A variância total explicada, como pode ser visto na [Tabela 2](#), indica que dois fatores tornam inteligível a maior parte da variação apresentada na matriz de co-variação, confirmando as expectativas iniciais do estudo. Apenas dois fatores ultrapassam a barreira de *eigenvalue* superior a 1. Os dois primeiros fatores, na verdade, justificam mais da metade da variação, sendo que os fatores subsequentes contribuem cada um, aproximadamente, para 10% da explicação da variação.

Tabela 2

Varição Total Explicada

<i>Eigenvalues</i> Iniciais				Soma dos Valores Extraídos			Rotação da Soma dos Valores Extraídos
Fator	Total	% de variação	% cumulativo	Total	% de variação	% cumulativo	Total
1	2.219	27,732	27,732	1.472	18,395	18,395	1.282
2	1.218	15,220	42,951	.490	6,126	24,521	1.107
3	.918	11,475	54,426				
4	.813	10,165	64,592				
5	.776	9,697	74,289				
6	.759	9,488	83,777				
7	.675	8,433	92,210				
8	.623	7,790	100,000				

Fonte: Auditoria de la Democracia: El Salvador, 1999 (Centro de Pesquisas de Opinião Pública, Universidade de Pittsburgh).

A análise de como os itens do questionário se relacionam com os fatores é fundamental para avaliar se a hipótese central proposta corresponde aos dados empíricos. Em outras palavras, espera-se que certas questões do questionário se agrupem sob fatores distintos. Aquelas que correspondem à forma tradicional de mensurar confiança interpessoal devem aglomerar-se sob uma categoria, enquanto os

novos indicadores devem configurar uma segunda dimensão.

As matrizes de estrutura e padrão serão analisadas porque oferecem soluções rotacionadas. Dessa forma, a ordem de entrada das variáveis na equação linear que calcula as comunalidades é alternada a fim de que os distintos itens tenham chances iguais de terem seus verdadeiros impactos aferidos. Se tal procedimento não fosse realizado, então, o primeiro item investigado na análise teria uma oportunidade maior do que os demais de explicar a variação na matriz correlacional, o que poderia levar a resultados enviesados. A matriz-padrão contém coeficientes de regressão padronizados, portanto, os resultados obtidos para cada variável são calculados em um ambiente multivariado, onde a influência dos demais itens é controlada. A matriz estrutural, por sua vez, utiliza os coeficientes de correlação em vez do coeficiente de regressão, daí afere apenas a relação bivariada entre o item e o fator. Como já foi dito, os itens foram codificados de forma que haja uma relação positiva entre eles. A [Tabela 3](#) apresenta a matriz-padrão.

Tabela 3

Matriz-Padrão*

	Fatores	
	1	2
IT1R	.120	.380
IT2R	-.041	.531
IT3R	-.052	.563
IT4R	.481	.065
IT5R	.261	.303
IT6R	.583	-.552
IT7R	.561	-.056
IT8R	.303	.048

Fonte: Auditoria de la Democracia: El Salvador, 1999 (Centro de Pesquisas de Opinião Pública, Universidade de Pittsburgh).

Método de Extração: Maximum Likelihood. Método de Rotação: Oblimin com Normalização Kaiser.

*A rotação convergiu em 6 repetições.

A matriz-padrão claramente mostra que as duas dimensões da confiança interpessoal estão relacionadas com os itens conforme o esperado. Os novos indicadores de

confiança interpessoal, especialmente IT4, IT6 e IT7, configuram a primeira dimensão da confiança interpessoal. O item IT8 também deveria compor essa dimensão, mas este oferece resultados bem menos robustos que os demais. O segundo fator, por outro lado, é fortemente correlacionado com os três indicadores tradicionais de confiança interpessoal, IT1, IT2 e IT3. Todavia, o item IT5, que deveria se relacionar com a primeira dimensão, aquela associada ao caráter interno da confiança interpessoal, carrega [load] mais fortemente na segunda dimensão. Vale ressaltar que as correlações apresentadas pelo IT5 são bastante ambivalentes, o que indica uma baixa capacidade de identificar a qual dimensão esse indicador pertence. Este é um forte indício de que em cálculos futuros dos escores fatoriais talvez seja razoável excluir o item IT5 da análise. A matriz estrutural ([Tabela 4](#)) confirma esses resultados.

Tabela 4

Matriz de Estrutura

	Fatores	
	1	2
IT1R	.290	.434
IT2R	.195	.512
IT3R	.198	.539
IT4R	.510	.279
IT5R	.396	.419
IT6R	.558	.204
IT7R	.536	.193
IT8R	.325	.184

Fonte: Auditoria de la Democracia: El Salvador, 1999 (Centro de Pesquisas de Opinião Pública, Universidade de Pittsburgh).

Método de Extração: Maximum Likelihood. Método de Rotação: Oblimin com Normalização Kaiser.

Finalmente, é necessário verificar quão ortogonal são as distintas dimensões da confiança. Os escores fatoriais criados quando os itens problemáticos, IT5 e IT8, estão incluídos na análise indicam uma correlação de .41, apontando para uma moderada relação entre as duas dimensões da confiabilidade. Mas quando os fatores são calculados excluindo esses dois itens, a correlação cai para .39. Quando se analisa fatorialmente os seis itens, sem a presença dos indicadores IT5 e IT8, fica claro

também que o item IT1 aparenta carregar [load] de forma similar em ambos os fatores. Em uma terceira tentativa (ver [Tabela 5](#)) de construir medidas ortogonais de confiança interpessoal, desta vez excluindo também IT1, a correlação atinge seu resultado mais baixo, .31. Quando os itens mais problemáticos são eliminados da análise, a ortogonalidade entre as duas dimensões aflora.

Tabela 5

Matriz-Padrão Revisada*

	Fatores	
	1	2
IT1R	.119	.365
IT2R	-.040	.579
IT3R	-.035	.526
IT4R	.461	.082
IT6R	.656	-.046
IT7R	.495	-.016

Fonte: Auditoria de la Democracia: El Salvador, 1999 (Centro de Pesquisas de Opinião Pública, Universidade de Pittsburgh).

Método de Extração: Maximum Likelihood. Método de Rotação: Oblimin com Normalização Kaiser.

* A rotação convergiu em 5 repetições.

A validade interna dos distintos indicadores de confiança interpessoal, ou seja, a consistência com que os itens produzem resultados similares quando testados em modelos explicativos similares, pode agora ser aferida. Retornando à discussão sobre comunalidades, e tendo em mente a fraca correlação entre cada item ([Tabela 6](#)), fica claro que as distintas formas de mensurar confiança interpessoal não estão fortemente relacionadas, permitindo, portanto, testes separados de suas capacidades explicativas individuais. Quando o conceito de confiança interpessoal é visto como multidimensional, a quantidade de testes empíricos de sua capacidade explicativa aumenta bastante.

Tabela 6

Correlações entre os Itens de Confiança Interpessoal

	IT1R	IT2R	IT3R	IT4R	IT5R	IT6R	IT7R	IT8R
IT1R	1.000	.229	.206	.159	.238	.143	.140	.090
IT2R	.229	1.000	.291	.136	.165	.113	.055	.093
IT3R	.206	.291	1.000	.126	.227	.078	.103	.061
IT4R	.159	.136	.126	1.000	.219	.316	.236	.166
IT5R	.238	.165	.227	.219	1.000	.176	.200	.195
IT6R	.143	.113	.078	.316	.176	1.000	.312	.125
IT7R	.140	.055	.103	.236	.200	.312	1.000	.210
IT8R	.090	.093	.061	.166	.195	.125	.210	1.000

Fonte: Auditoria de la Democracia: El Salvador, 1999 (Centro de Pesquisas de Opinião Pública, Universidade de Pittsburgh).

CONCLUSÃO

Confiança interpessoal é vista como um requisito crucial no padrão atitudinal que fortalece práticas interativas e apoio ao regime democrático. Trata-se de um conceito-chave nas teorias do capital social e da cultura cívica. Contudo, pouca atenção tem sido prestada às formas como esse conceito é mensurado. Os indicadores de confiança interpessoal contidos no questionário aplicado em El Salvador, em 1999, foram testados para verificar como eles se adequavam a distintas dimensões. A expectativa inicial de que duas dimensões, uma interna e outra externa, desse conceito são empiricamente apropriadas foi confirmada. As três formas tradicionais de se mensurar esse conceito configuram uma dimensão, já os cinco novos indicadores conformam uma outra. Tal distinção permite o teste de vários indicadores de confiança interpessoal. Os resultados contraditórios e conflitivos de estudos anteriores podem decorrer do fato de que essa bidimensionalidade do conceito de confiança interpessoal não é considerada por estudos prévios. Ao ignorar a dimensão interna da confiança interpessoal, estudos anteriores podem estar subavaliando o impacto da confiança mútua nas preferências individuais de engajamento em movimentos cívicos e de apoio ao regime democrático.

Além disso, a forma tradicional de se mensurar esse conceito não permitia testes variados acerca da confiabilidade e validade desses indicadores. Com base nas medidas antigas, apenas testes de validade externa do conceito, ou seja, sua relação com outras variáveis, podiam ser realizados. Já com uma variedade maior de indicadores de confiança interpessoal, pode-se também avaliar a consistência interna dessas variáveis, ou seja, como distintas formas de se mensurar um mesmo conceito se

relacionam. Indicadores mais precisos aumentam a validade e a confiabilidade das medidas usadas para representar os conceitos usados nas ciências sociais. Investir no aprimoramento das formas de mensuração de nossos conceitos mais importantes é passo fundamental para o avanço tanto em direção a discussões teóricas mais apuradas quanto a testes empíricos mais precisos.

Os dados analisados aqui permitem a identificação e o teste de distintas dimensões da confiança interpessoal. O próximo passo é avaliar o desempenho dessas novas medidas de confiança interpessoal em um modelo que teste as principais hipóteses da teoria do capital social. Mas isso é assunto para outro artigo.

(Recebido para publicação em junho de 2000)

NOTAS:

1. Para uma extensa revisão da literatura que utiliza testes empíricos no plano individual, ver as edições especiais da revista *American Behavioral Scientist* (vol. 40, nº 5, 1997), editada por Robert Edwards e Michael W. Foley, e *Political Psychology* (vol. 19, nº 3, 1998), editada por Jeffrey J. Mondak. Publicações recentes do Banco Mundial também enfocam exclusivamente a discussão sobre capital social (ver Dasgupta e Seragelding, 1999; Colleta e Cullen, 2000). A relação entre capital social e diferenças em desenvolvimento econômico é explorada por Fukuyama (1995), Granato *et alii* (1996) e Swank (1996).

2. Confiabilidade refere-se à consistência com que um indicador é medido. Ou seja, remete à quantidade de erro aleatório contida em uma certa medida. Uma idéia próxima é quão preciso um instrumento mensura distintos objetos. Validade, por outro lado, está relacionada à propriedade de um indicador, de fato, medir aquilo que ele se propôs a medir. Portanto, refere-se à relação entre constructo teórico e a forma como ele é mensurado. Quanto mais próximo a operacionalização de um conceito represente as idéias contidas no conceito, mais válida é a forma de mensuração adotada. Para uma excelente discussão, ver Carmines e Zeller (1979).

3. A influência do clássico estudo de Almond e Verba (1981), onde o padrão cultural cívico é visto como composto por altos níveis de orgulho nas instituições políticas, sentimentos de competência política e confiança interpessoal, é evidente no trabalho de Inglehart.

4. Os itens são: 1. Em geral, você acha que pode confiar na maior parte das pessoas ou sempre se deve ter cuidado quando se lida com outras pessoas? 2. Você diria que na maioria das vezes as pessoas tentam ajudar os outros ou só se preocupam com si mesmas? 3. Você acha que a maioria das pessoas tiraria vantagem de você se tivesse uma chance ou elas não se aproveitariam de você?

5. Lewis e Weigert (1985), em sua tentativa de contextualizar o estudo da confiança interpessoal nas explicações sobre interações sociais, chegam à conclusão semelhante. Na verdade, a revisão feita por esses autores da literatura sociológica e da psicologia sobre confiança interpessoal oferece uma nítida indicação da relevância desse conceito não só para a ciência política, como também para outras disciplinas acadêmicas.

6. Gostaríamos de agradecer ao nosso colaborador, José Miguel Cruz, diretor do Instituto de Pesquisa de Opinião Pública da Universidad Centroamericana, IDUOP.

7. A baixa comunalidade entre os itens permite também que os mesmos sejam testados separadamente. Isto aumentaria muito as oportunidades de verificação da validade interna e externa desses indicadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. e VERBA, S. (eds.). (1981), *The Civic Culture Revisited*. Newsbury Park, Ca., Sage Publications.

BANFIELD, E. (1967), *The Moral Basis of a Backward Society*. New York, Free Press.

BAQUERO, M. (1998), "Desconfiança como Fator de Instabilidade Política na América Latina", in M. Baquero, H. Castro e R. González (eds.), *A Construção da Democracia na América Latina: Estabilidade Democrática, Processos Eleitorais, Cidadania e Cultura Política*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS.

BOOTH, J. e RICHARD, P. (1998), "Civil Society, Political Capital, and Democratization in Central America". *Journal of Politics*, nº 60, pp. 780-800.

BREHM, J. e RAHN, W. (1997), "Individual-Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital". *American Journal of Political Science*, nº 41, pp. 999-1023.

CARMINES, E. e ZELLER, R. (1979), *Reliability and Validity Assessment*. Newsbury Park, Ca., Sage Publications.

COLEMAN, J. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital". *American Journal of Sociology*, nº 94, pp. 95-120.

COLLETA, N. e CULLEN, M. (2000), *Violent Conflict and the Transformation of Social Capital: Lessons from Rwanda, Somalia, Cambodia, and Guatemala*.

Washington, D.C., The World Bank.

DASGUPTA, P. e SERAGELDING, I. (1999), *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, D.C., The World Bank.

FUKUYAMA, F. (1995), *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York, The Free Press.

GRANATO, J. *et alii.* (1996), "The Effect of Cultural Values on Economic Development Theory: Hypotheses and Some Empirical Tests". *American Journal of Political Science*, nº 40, pp. 632-659.

INGLEHART, R. (1988), "The Renaissance of Political Culture". *American Political Science Review*, vol. 82, nº 4, pp. 1203-1229.

_____. (1990), *Culture Shift*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

_____. (1997), *Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

KIM, J. e MUELLER, C. W. (1978), *Factor Analysis: Statistical Methods and Practical Issues*. Newsbury Park, Ca., Sage Publications.

LEWIS, J. D. e WEIGERT, A. (1985), "Trust as a Social Reality". *Social Forces*, vol. 63, n. 4, pp. 967-985.

MACDONALD JR., A. *et alii.* (1972), "Self-disclosure and Two Kinds of Trust". *Psychological Reports*, vol. 30, nº 1, pp. 143-148.

MULLER, E. N. e SELIGSON, M. A. (1994), "Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships". *American Political Science Review*, vol. 88, nº 3, pp. 635-654.

PUTNAM, R. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

_____. (1995), "Bowling Alone: America's Declining Social Capital". *Journal of Democracy*, nº 6, pp. 65-77.

RAHN, W. M. e TRANSUE, J. E. (1998), "Social Trust and Value Change: The Decline of Social Capital in American Youth, 1976-1995". *Political Psychology*, vol. 19, n. 3, pp. 545-566.

REIS, E. (1995), "Desigualdade e Solidariedade: Uma Releitura do 'Familismo Amoral' de Banfield". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29, n. 10, pp. 35-

49.

RENNÓ, L. R. (1997), "Cultura Política, Hobbesianismo Social e Democracia", in B. F. Nunes (org.), *Brasília: A Construção do Cotidiano*. Brasília, Paralelo 15, pp. 87-117.

_____. (1999), "Instituições, Cultura Política e Lógica da Desconfiança numa Cidade Brasileira", in M. Baquero (org.), *Desafios da Democratização na América Latina*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, pp. 103-134.

ROSE, R. *et alii*. (1997), "Social Capital in Civic and Stressful Societies". *Studies in Comparative International Development*, nº 32, outono, pp. 85-111.

_____. (1998), *Democracy and its Alternatives: Understanding Post-communist Societies*. Oxford, UK, Oxford University Press.

ROSEMBERG, M. (1956), "Misanthropy and Political Ideology". *American Sociological Review*, nº 21, pp. 690-695.

SANTOS, W. G. dos. (1993), *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.

SELIGSON, A. (1999), "Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis". *Comparative Political Studies*, vol. 32, nº 3, pp. 342-362.

SHAH, D. V. (1998), "Civic Engagement, Interpersonal Trust, and Television Use: An Individual-Level Assessment of Social Capital". *Political Psychology*, vol. 19, nº 3, pp. 469-496.

SMITH, T. W. (1997), "Factors Related to Misanthropy in Contemporary American Society". *Social Science Research*, nº 26, pp. 170-196.

STOLLE, D. (1998), "Bowling Together, Bowling Alone: The Development of Generalized Trust in Voluntary Associations". *Political Psychology*, vol. 19, nº 3, pp. 497-526.

SWANK, D. (1996), "Culture, Institutions, and Economic Growth: Theory, Recent Evidence, and the Role of Communitarian Politics". *American Journal of Political Science*, nº 40, pp. 660-679.

USLANER, E. M. (1998), "Social Capital, Television, and the 'Mean World': Trust, Optimism, and Civic Participation". *Political Psychology*, vol. 19, nº 3, pp. 441-468.

WRIGHTSMAN, L. S. (1991), "Interpersonal Trust and Attitudes toward Human Nature", in J. P. Robinson, P. R. Shaver e L. S. Wrightsman (eds.), *Measures of*

ABSTRACT

On the Measurement of Interpersonal Trust: A Multidimensional Concept

Interpersonal trust is a central concept in social capital theory and in the discussion of civic culture. Explanatory models of support for democracy, membership in associations, and civic involvement commonly include measures of interpersonal trust. Although central to the theoretical debate over civil society and democracy, this concept has been measured in very simplistic ways. The conflicting and contradictory results of recent studies may well stem from the lack of reliability in measurements of trust. This study, based on a unique data set that contains different measures of interpersonal trust and uses factor analysis, concludes that there are two dimensions of trust, one of which has been consistently ignored by previous studies.

Keywords: Interpersonal Trust; Social Capital; Civic Culture

RÉSUMÉ

Mesures de la Confiance Interpersonnelle: Notes à Propos d'un Concept Multidimensionnel

La confiance interpersonnelle est un concept central autant dans la théorie du capital social que dans la discussion à propos de la culture civique. Il s'agit d'une variable-clé pour expliquer des attitudes favorables à un régime démocratique et à des pratiques d'association et d'interaction. Malgré sa position capitale dans le débat théorique sur la société civile et la démocratie, ce concept est habituellement mesuré de façon assez ingénue. Les résultats opposés et contradictoires de certaines études récentes sur l'impact de la confiance interpersonnelle dans l'appui à la démocratie peuvent être le fruit du peu de qualité des indicateurs employés. Dans cette étude, qui se sert d'une banque de données particulière disposant de différentes opérationnalisations du concept de confiance mutuelle, et qui prend pour base l'analyse factorielle, on aboutit à la conclusion de l'existence d'un concept à double portée assez nette, dont l'une a été constamment ignorée dans les études précédentes.

Mots-clé: confiance interpersonnelle; capital social; culture civique